

# Superior Tribunal de Justiça

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 529.623 - SP (2019/0254968-3)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**REQUERENTE : DALILA RODRIGUES MOTTA DA SILVA**  
**ADVOGADO : WELINGTON FLAVIO BARZI - SP208174**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração ajuizado contra decisão de minha lavra que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, por deficiência na instrução do feito.

No presente pleito, a requerente apresenta a documentação faltante e reitera o pedido formulado na inicial.

É o relatório.

Decido.

Dada a deficiência na instrução do processo no momento da impetração, correta a decisão proferida que indeferiu liminarmente a ordem, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Contudo, diante dos documentos acostados aos autos às fls. 5.981/5.985, e considerando o princípio da economia processual, **reconsidero** a decisão atacada para dar prosseguimento à análise do *mandamus*.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

